

UMA DISCUSSÃO SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA TOMADA DE DECISÕES DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Rannyelly Rodrigues de Oliveira ¹
David Randerson Rodrigues de Oliveira ²
Francisco Régis Vieira Alves ³

RESUMO

Este trabalho buscou mostrar a influência e relevância que a Educação Financeira tem na tomada de decisões dos brasileiros. Assim, foram discutidas as noções sobre Educação Financeira, Finanças Pessoais e Tomadas de Decisões. A tomada de decisões não é algo que está presente apenas em ambientes empresariais, mas também na vivência cotidiana de cada indivíduo (pessoa física). De modo geral, as pessoas lidam com escolhas diariamente, desse modo, vale destacar a dimensão que abrange os aspectos inerentes a finanças pessoais. Nesse contexto, foram identificadas concepções equivocadas sobre o que seria uma Educação Financeira. À vista disso, esta pesquisa teve o objetivo de compreender o impacto da Educação Financeira nas tomadas de decisões da sociedade brasileira, com ênfase, na necessidade da implementação de uma disciplina ou um projeto educativo voltado para o conhecimento financeiro. Para isso, esta pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica e descritiva, uma vez que foram apresentados dados e estatísticas de pesquisas que evidenciam como está a situação das dívidas e o controle das finanças dos consumidores brasileiros. Ademais, foi visto que muitos brasileiros não poupam nem investem seu dinheiro permitindo o seu endividamento gerando a inadimplência. Logo, foi possível concluir que existe uma necessidade de implementar uma proposta educativa, como oficinas, que permitam o aprendizado sobre tópicos referentes à Matemática Financeira, de modo que os educandos possam aplicá-la em sua vida extraescolar.

Palavras-chave: Educação Financeira, Finanças Pessoais, Tomada de Decisões.

INTRODUÇÃO

A tomada de decisões permeia por vários contextos entre os brasileiros, fazendo com que muitos destes tenham que decidir sobre relevantes aspectos sociais que vão desde a economia da família até apoiar ou não uma reforma na previdência nacional. Considerando o atual cenário político, econômico e social do país em que, no aguardo de uma recuperação da crise na economia nacional, mostra-se necessário recorrer à Educação Financeira como uma ferramenta de auxílio para tal momento que afeta significativamente a vida pessoal da sociedade.

¹ Mestra pelo curso de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE e doutoranda do curso de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, ranny.math.06@gmail.com

² Graduado pelo curso de Administração do Centro Universitário Estácio do Ceará, david-randerson@hotmail.com

³ Doutor pelo curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará – UFC, fregis@ifce.edu.br

Sabendo que muitos brasileiros se encontram endividados, de acordo com os últimos levantamentos de pesquisas que serão discutidos posteriormente, e considerando o senso comum de que o brasileiro não sabe poupar, este artigo tem a finalidade de discutir a importância que por meio de uma Educação Financeira, o cidadão poderá decidir de maneira mais racional e sensata o que fazer com os assuntos pertinentes a finanças, tanto pessoal quanto a âmbito nacional (como se posicionar).

A cultura do brasileiro em não poupar gera certo desconforto econômico para o país, uma vez que este é o meio primordial para garantir a subsistência do indivíduo em diversos momentos difíceis como, por exemplo, a velhice e/ou invalidez profissional. Para muitos, poupar é algo para se deixar de lado, uma vez que o dinheiro que ganha parece se esvaír rapidamente e descontroladamente em consequência, principalmente, do consumismo. Eis aí a justificativa.

Assim, vale compreender a distinção entre ser consumidor e ser consumista. Cacemiro (2016) explica que o consumo torna-se uma prática consumista, quando as pessoas compram artefatos sem necessidade. Isso acontece, principalmente, devido à forte influência midiática por meio das propagandas e da publicidade. Dessa maneira, o consumismo é o “ato, efeito, fato ou prática de consumir (comprar em demasia) e consumo ilimitado de bens duráveis, especialmente artigos supérfluos”. E, o consumo é uma aquisição racional a partir de um planejamento prévio e decisões definidas através de critérios fundamentados em aspectos sociais e ambientais, considerando possíveis impactos nas gerações futuras.

Numa visão panorâmica, pode-se compreender os efeitos do consumismo, o qual reflete significativamente na dimensão social e econômica de um país. Nesse sentido, destaca-se a inadimplência que, por um lado, gera oportunidade de mobilização financeira e econômica à instituições especializadas em recuperação de crédito. Porém, a inadimplência do consumidor, juntamente com a falta de crédito bancário, pode comprometer uma pessoa a tomar decisões ou assumir compromissos relevantes a médio ou longo prazo, como por exemplo, um financiamento escolar ou imobiliário e/ou investimento previdenciário.

Atualmente, o país passa por uma séria crise financeira, muito devido aos gastos que ano após ano tem aumentado. E, se existe algo que pesa nas contas públicas, é o déficit previdenciário. O país envelhece rapidamente, e mais pessoas buscam o direito da sua aposentadoria (o que não é errado), entretanto, não existe uma renovação na mão de obra, e tem diminuído a arrecadação, tendo problema para fechar a conta.

Como descrito anteriormente, acredita-se que o problema econômico brasileiro precisa de uma solução que, talvez não seja a melhor nem a mais desejada, mas certamente, alerte a

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

sociedade quanto à função da Educação Financeira em conscientizar os brasileiros sobre a necessidade de se buscar alternativas para reduzir o impacto de uma possível reforma previdenciária, como também de entender os aspectos que colaboram para reduzir os riscos financeiros no bolso do brasileiro, diante de uma inesperada decadência na economia nacional.

Os países desenvolvidos demonstram que a Educação Financeira é importante pelo alto nível comprado aos brasileiros. Assim sendo, deve-se buscar entender esse contexto diferencial, uma vez que o país almeja alcançar maturidade econômica e sair da oitava posição de maior economia do mundo. Este aspecto pode ser algo significativo para que se tenha uma melhoria na qualidade de vida das pessoas. Além disso, nada é mais útil do que aquilo que se usa todos os dias, tal como, quando se vai ao supermercado, realiza uma viagem, analisa um seguro do carro, traça planos para o futuro como decidir quantos filhos ter, entre outras situações inevitáveis. Assim, existe a necessidade de entender o peso de cada uma das decisões tomadas nessas circunstâncias citadas.

Nessa perspectiva, este trabalho surgiu a partir do seguinte questionamento: Qual a real influência da Educação Financeira em assuntos do cotidiano? Assim, o objetivo geral desta pesquisa é compreender o impacto da Educação Financeira nas tomadas de decisões da sociedade brasileira. De modo particular, pretende-se discutir o quanto é necessário a implementação de uma disciplina ou um projeto educativo voltada para o conhecimento financeiro.

Para isso, este trabalho apresenta estatísticas quanto ao assunto, que corroboram para o desenvolvimento pessoal e coletivo, relacionado a finanças. Desse modo, será ressaltado como o tema tem ganhado espaço nos últimos tempos tornando, assim, explícita sua relevância, levando em consideração que este conhecimento pode ser aplicado à tomada de decisões, as quais rotineiramente a sociedade é submetida. Nesse viés, busca esclarecer aos leitores, de maneira clara e objetiva, o que é a Educação Financeira, mostrando sua importância e o quão próxima e intrínseca ela é das finanças pessoais. Ora, se existe uma ligação tão estreita, torna-se óbvio a ponderação destes assuntos na tomada de decisões diárias.

Destarte, vale evidenciar que este trabalho não tem a finalidade de defender ou não a reforma previdenciária, mas buscou-se ajudar o leitor a encontrar as melhores saídas, para esta geração e para as futuras quanto a assuntos pertinentes a finanças. E, com isso, oportunizar a conscientização por meio da discussão apresentada, indicando um sinal de alerta quanto à importância de se administrar com entendimento e sensatez o lado financeiro da vida pessoal

que afeta, conseqüentemente, todas as demais áreas. Acredita-se que dessa forma, pode-se então dar um salto para um futuro mais prospero e tão bem desenvolvido quanto aos colegas gringos.

APORTE TEÓRICO

Esta seção possui em seu escopo a discussão de alguns pressupostos teóricos necessários para a compreensão deste trabalho. Assim sendo, foram organizadas três subseções consecutivas: Educação Financeira, Finanças Pessoais e Tomada de Decisões. Com isso, espera-se que o leitor entenda a linha de raciocínio aqui estabelecida, tomando para si o papel de cada uma dessas e sua influência quando articuladas entre si.

Educação Financeira

A partir da crise financeira que se alastrou em meados de 2008, muitos países passaram a dar maior importância a assuntos relacionados à Educação Financeira, não diferente, o Brasil também tomou sua iniciativa com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), por meio de decreto presidencial, em dezembro de 2010, tomando como bases os fundamentos e princípios estabelecidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no qual este constatou que muitos dos países participantes do grupo tinham baixo conhecimento sobre os assuntos relativos à Educação Financeira. Assim, a OCDE (2005) conceitua Educação Financeira como:

O processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem estar financeiro.

Dessa forma, a ENEF (2010), é uma iniciativa de órgãos governamentais que buscam impulsionar nas escolas uma prática de ensino sobre Educação Financeira, utilizando-se de diversos meios como de cursos em seu site, livros destinados a determinado público alvo, como também organiza vários dados estatísticos para evidenciar a expansão do ensino. Algo que torna esta iniciativa mais positiva é que diferente do que vem pensar o foco não são apenas crianças, mas também se destina a adultos e professores.

Muitos países têm tomado diversas decisões que possam corroborar para que cada vez mais cedo seus cidadãos consigam se desenvolver neste aspecto, tendo em vista que, uma vez que o país possui uma população devidamente educada nestas questões, consegue desenvolver a economia da região em que se encontra, como também melhorar a qualidade de vida e favorecer um desenvolvimento social. Assim sendo, a Estratégia Nacional de Educação Financeira possui sua finalidade estabelecida por meio do Decreto N° 7.397/10, em que:

Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores.

Além do mais, com base no que a OCDE (2005) descreve como Educação Financeira, esta tem por finalidade o desenvolvimento de uma consciência financeira bem estruturada e fundamentada, capaz de proporcionar às pessoas as informações necessárias para tomarem decisões que serão significativas para uma melhoria em diversos aspectos da vida. Quando se compara o nível de Educação Financeira dos brasileiros com o de estrangeiros, percebe-se uma grande deficiência brasileira, por mais que o levantamento de outros países não tenham resultado tão magníficos. Todavia, desde que saiu o relatório em 2016, o Brasil tem tomado uma série de medidas para melhorar esse quadro no território nacional. Uma destas medidas foi a criação da ENEF, que já fora citado anteriormente, onde através de diversas atividades, promove a educação não apenas de crianças, mas de professores e instituições. Desde sua criação, os números de adeptos têm crescido, e junto a isso, aumentado a sua participação nas escolas.

Como já não bastasse a ENEF, também foi criado o AEF-Brasil (Associação de Educação Financeira do Brasil) apoiada pelas seguintes instituições do mercado financeiro: ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais; B3 – Brasil, Bolsa, Balcão; CNSeg – Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização; e FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos.

AEF-Brasil (2012, p.1) uma associação sem fins lucrativos e formada por associados e apoiadores, tanto de pessoas físicas quanto jurídicas, tem como objeto social, em seu Estatuto com o registro de número 47910, e reconhecido pelo Governo Federal, a seguinte disposição, item a: “apoiar, fomentar e implementar, programas e projetos de capacitação de crianças, jovens e adultos, de modo a ampliar o conhecimento da população em relação a cultura de poupança, investimento, seguro e previdência”. Dessa maneira, percebe-se a atuação desse

órgão para auxiliar na disseminação de conhecimentos financeiros, sendo assim, também pode-se compreender essa atuação como meio de contribuição para que os cidadãos possam desenvolver a autogestão financeira.

Numa visão panorâmica da sociedade brasileira, compreende-se que muitas pessoas não costumam admitir que não têm controle sobre o próprio dinheiro. Isso ocorre carregado com justificativas semelhantes a estas: “O Problema não é controlar, e sim, porque meu salário é pouco”, ou ainda, “não devo a ninguém!”. Estas ideias estão muito relacionadas à maneira errônea do que se entende sobre Educação Financeira, uma vez que ela não lida apenas com questões meramente rotineiras como de receber salário, pagar contas e da análise prévia do dinheiro que pode sobrar. Esse tipo de concepção pode gerar uma desorganização financeira, dificultando uma perspectiva melhor nas próprias contas, conforme Meneghetti Neto (2014).

À vista disso, sobre o conceito de Educação Financeira, sua importância está vinculada a fazer com que o indivíduo adquira conhecimento e desenvolva a compreensão não de apenas produtos oferecidos, mas de situações que podem contribuir para uma estruturação econômica particular, que o leve a uma liberdade de formação financeira quanto ao poder aquisitivo de modo que permita a mobilização das classes sociais. A seguir, será discutido sobre a noção de Finanças Pessoais.

Finanças Pessoais

É comum ouvir em diversos veículos de comunicação sobre a situação financeira de muitas empresas, algumas destas quebram, outras buscam recuperação judicial, outras estão se estruturando e outras estão em fase de implementação. Porém, existe algo em comum para estas instituições: todas necessitam de uma autoavaliação financeira e todas trabalham com uma gestão financeira com orçamentos, logo, com gestão empresarial. Assim sendo, muitas dessas empresas precisam de uma organização em suas finanças. O que possibilita entender que há semelhanças com as finanças pessoais como observa Massaro (2015, p. 13):

Uma forma interessante de se entender as finanças pessoais é colocando-as em oposição às finanças corporativas, que constituem o lado mais visível e mais conhecido do universo das finanças. Tanto empresas quanto indivíduos têm suas necessidades, seus objetivos e estão sujeitos a uma dinâmica financeira bastante similar. Indivíduos e empresas recebem dinheiro. Indivíduos recebem dinheiro na forma de salários, remunerações profissionais, outros tipos de renda ou mesmo ajuda financeira de terceiros. Empresas recebem dinheiro como contrapartida pelos produtos e serviços que oferecem no mercado. Indivíduos e empresas consomem e pagam por

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

este consumo com dinheiro. Indivíduos utilizam o dinheiro, nas sociedades modernas, para adquirir bens e produtos necessários para sua sobrevivência e bem-estar. Empresas utilizam dinheiro para aquisição de insumos, investimentos em sua atividade e para suas despesas corriqueiras.

Todavia, quando se adentra no assunto de finanças pessoais, corre o risco de deixar, em parte, de lado esse aspecto empresarial, e agora, focar naquilo que é concernente à utilização do próprio dinheiro. Nesse sentido, segundo Massaro (2015, p. 14):

Em empresas, muitas vezes as questões financeiras são conduzidas por gestores e profissionais especializados. Esses profissionais, até por sua formação, costumam ter uma visão mais objetiva e menos emocional sobre as finanças. Já no mundo das finanças pessoais, todas as decisões financeiras (sejam de consumo ou de investimento) acabam sendo carregadas de fatores emocionais, crenças e vieses. A gestão das finanças pessoais gera, compreensivelmente, mais “dor” e angústia nas pessoas. Já as finanças empresariais costumam ser “invisíveis” para a maioria das pessoas (mesmo que essas pessoas dependam da empresa para receber dinheiro).

Ademais, as finanças pessoais não estão associadas apenas em poupar dinheiro, mas em organizar, controlar e gerenciar aquilo que se tem em mãos, tanto o dinheiro quanto às contas que se deve pagar, como também as vontades de querer gastar, seja em situações emergenciais ou cotidianas. Dessa forma, doravante, será discutida sobre a concepção da tomada de decisões.

Tomada de Decisões

Inevitavelmente, desde cedo, diante das diversas situações dessa vida, o ser humano depara-se com momentos que se deve tomar decisões, desde questões pessoais/sentimentais até finanças de uma família. Isto não é de agora, mas pelo contrário vem de muito tempo atrás, o que nos leva a lembrar que muito do desenvolvimento que se tem hoje, trouxe junto a si, mudanças em parâmetros e escolhas nas decisões. Numa abordagem organizacional, a tomada de decisões se desenvolveu de acordo com as necessidades das situações particulares. E, isso é perceptível por meio das teorias da administração, no qual antes o tomador de decisões estava geralmente ligado a um único líder, ou seja, havia uma centralização de poder, com o decorrer do tempo, isto foi se modificando, onde, essas decisões passam a ser descentralizadas e focadas na responsabilidade de quem a toma.

Pegando um ganho disso, se torna indispensável comparar com as atitudes individuais de consumidores, que por diversas vezes tem que optar por uma viagem ao exterior a ter que pagar um plano de saúde, por exemplo. Ou até mesmo comprar um carro, sabendo que uma moto seria mais econômica, e até mesmo se deve ou não fazer um seguro para o veículo

adquirido. Assim, “tomar decisões é o processo de escolher uma dentre um conjunto de alternativas.” Onde, no momento deste processo o gerente organizacional ou o consumidor “[...] identificam uma série de alternativas potencialmente viáveis e escolhe aquela que acreditam ser a melhor em particular para a situação” (CARAVANTES; PANNO; KLOECKNER, 2005, p. 446). Observe que este conceito é tão amplo que se aplica ao ambiente empresarial e pessoal.

Vale ressaltar que todos tomam decisões, seja pobre ou rico, negro ou branco. Todos em algum momento ficam diante de uma situação que devem decidir o melhor, ou no mínimo, o menos ruim. Assim sendo, percebe-se que estas atitudes andam lado a lado com o conhecimento a cerca daquilo que precisa de uma escolha, ou seja, é possível que qualquer indivíduo possa decidir qual o melhor plano privado de previdência deve adquirir, mas o diferencial de um indivíduo para os outros, é aquele que tem conhecimento sobre o assunto e optará pelo melhor conscientemente. Logo, muitas decisões estão intimamente ligadas a duas armadilhas listadas pela Cartilha do Conselho Federal de Administração (CFA) junto com o Conselho Regional de Administração (CRA), tal que, conforme Massaro (2015, p. 20):

“Desejos” são aquelas coisas que queremos ter, ou gostaríamos de ter, mas não são essenciais. A vida não depende delas. Já necessidades são aquelas coisas das quais não podemos prescindir; do contrário, nossa qualidade de vida (ou mesmo nossa sobrevivência) pode ser afetada. A diferenciação entre “desejo” e “necessidade” é um conceito primário e muito facilmente compreensível. No entanto, muitas pessoas tomam decisões de consumo (e, conseqüentemente, financeiras) erradas, por não conseguirem enxergar, claramente, o que é uma coisa e o que é a outra.

Isso posto, pode-se pensar na Educação Financeira como fator que servirá de auxílio para fazer com que as pessoas vejam de maneira explícita, o melhor modo de administrar seus recursos nos devidos e diversos momentos, visando uma prospecção melhor para períodos de curto, médio e longo prazo. A seguir, tem-se uma descrição do percurso metodológico desta pesquisa.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma revisão teórica, onde buscou-se reunir autores que estudam aspectos inerentes à Educação Financeira e sua relevância na sociedade, de tal maneira que o leitor poderá compreender a importância do tema. Assim, um trabalho fundamentado em uma revisão bibliográfica é, segundo Mascarenhas (2012, p. 49), uma

pesquisa bibliográfica em que a investigação do objeto que se pretende estudar “concentra-se na análise de livros, artigos, dicionários e enciclopédias, por exemplo”.

Destarte, a pesquisa bibliográfica permite a reunião de diversas acepções, possibilitando uma reflexão dessas informações para o aprimoramento de ideias em trabalhos futuros, dessa forma, este trabalho também se porta como uma pesquisa descritiva, uma vez que recolhe fatos e pesquisas sobre a Educação Financeira, a fim de oportunizar a compreensão do contexto que envolve o problema indicado.

De acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007, p.61), quando uma investigação coleta dados com a finalidade de adquirir conhecimentos prévios sobre determinado assunto com o propósito de verificar a hipótese formulada, a pesquisa bibliográfica compõe um recorte de uma pesquisa descritiva. Além disso:

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los [...] busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas (CERVO, BERVIAN E SILVA, 2007, p.61).

Portanto, este artigo busca referências atinentes à Educação Financeira no Brasil, levando em consideração não apenas livros, mas pesquisas atuais realizadas por órgãos públicos, como também trabalhos e periódicos publicados que destacam e discutem o impacto desta temática na tomada de decisões dos brasileiros visando, assim, melhorias nos aspectos pertinentes à dimensão financeira. No próximo tópico, serão apresentados os resultados e a discussão dos dados coletados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

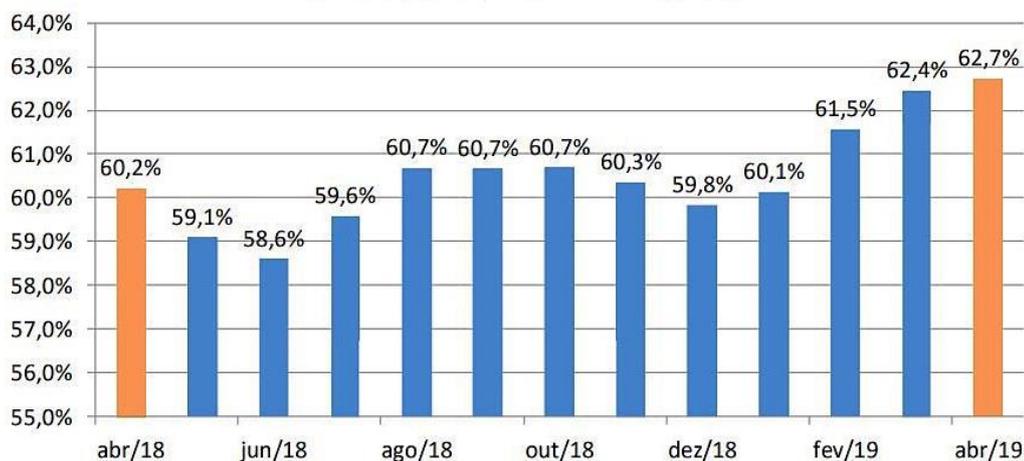
Quando se procura entender o nível de Educação Financeira dos brasileiros, é relevante considerar não apenas as respostas de pesquisas, mas também a realidade da situação de muitas pessoas, sendo assim, o que se segue é uma breve análise de pesquisas que mostram o endividamento e inadimplência no Brasil, e a própria Educação Financeira da sociedade brasileira, buscando assim, compreender como esses aspectos estão articulados entre si. Dessa forma, a discussão dos dados coletados nesta pesquisa foi realizada em dois momentos: primeiramente, foi feita uma dialética sobre o endividamento e inadimplência no Brasil e, em seguida, é feita uma abordagem atinente à Educação Financeira.

O endividamento e a inadimplência no Brasil

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) realizou uma Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) em 2019 que mede o nível de endividamento e de pagamentos dos consumidores, assim como suas condições e situações financeiras. Essa tipologia de pesquisa ocorre desde 2010, em todos os meses do ano, utilizando-se um espaço amostral de 18 mil consumidores.

Desse modo, um de seus indicadores é o percentual de famílias endividadas e, junto a isso, é realizado um acompanhamento para saber o comprometimento dessas pessoas em pagar suas dívidas. Esse tipo de pesquisa se torna cada vez mais relevante, pois aponta a disponibilidade de crédito para os brasileiros. Além do mais, evidencia a crise financeira que muitos brasileiros passam, dessa forma, é necessário realizar uma inferência dessas pesquisas, a fim de compreender e encontrar alternativas resolutivas para essas pessoas.

Gráfico 1 – Percentual de Famílias Endividadas.



Fonte: CNC| Divisão Econômica (2019).

No Gráfico 1, é apresentado o percentual de famílias endividadas em consequência do uso de cheque pré-datado, cartão de crédito, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro. Assim, pode-se perceber um aumento no grau de famílias endividadas de 60,2% para 62,7% se compararmos abril de 2018, com o mesmo mês em 2019, respectivamente, mesmo que esse número tenha se elevado de forma quase discreta, a oscilação destes dados, dentro de um período de 1 ano, demonstra o impacto da crise econômica que o país atravessa e a consciência de consumos dos cidadãos.

O Brasil atravessa um período de crise, desde moral, passando pela economia, indo até a política, mas pode-se inferir desta pesquisa que há uma dificuldade, por parte da população brasileira, em controlar as suas dívidas e os seus gastos. Famílias endividadas é um péssimo

fator para o país, uma vez que pode chegar a demonstrar um hábito de descontrole das finanças pessoais, além da explícita falta de prioridade, descompromisso e organização pessoal e familiar. Esse tipo de gráfico evidencia também que os brasileiros por conta de suas dívidas, provavelmente, muitos devem ter diminuído a sua qualidade de vida, caso contrário, haveria índices ainda maiores, neste curto período de apenas 1 ano.

Ademais, Ferreira (2017, p.8) discursa sobre a importância desses fatores para a qualidade de vida: “Contudo a qualidade de vida em todas as definições e indicadores está intimamente ligada com as percepções de bem-estar, de satisfação de necessidades, expectativas futuras e por consequente, emprego, renda, estabilidade etc.” Pode-se ainda acrescentar o equilíbrio das contas, uma vez que isso afeta diretamente o lar nas saídas, nas compras, entre outras situações de vivência e sustentabilidade social. O que destaca a relevância de um controle sobre estes indicadores.

Tabela 1 – Percentual de Famílias Endividadas: Síntese dos resultados.

	Total de Endividados	Dívidas ou Contas em Atraso	Não Terão Condições de Pagar
abr/18	60,2%	25,0%	10,3%
mar/19	62,4%	23,4%	9,4%
abr/19	62,7%	23,9%	9,5%

Fonte: CNCI Divisão Econômica (2019).

Na Tabela 1, pode-se observar que, em abril de 2019, tem-se um total de 62,7% de brasileiros endividados, onde 23,9% dos brasileiros possuem contas em atraso e 9,5% não terão como pagar suas dívidas. Isso é um reflexo de diversos fatores, tais como: desemprego, renda insuficiente, descontrole e consumismo. Por outro lado, considerando um período de 12 meses (abr/18–abr/19), pode-se compreender que, apesar do total de endividados ter aumentado, em abril de 2019, o percentual de pessoas que não tem condições de pagar suas dívidas reduziu para 9,5% e, conseqüentemente, a quantidade de dívidas atrasadas também.

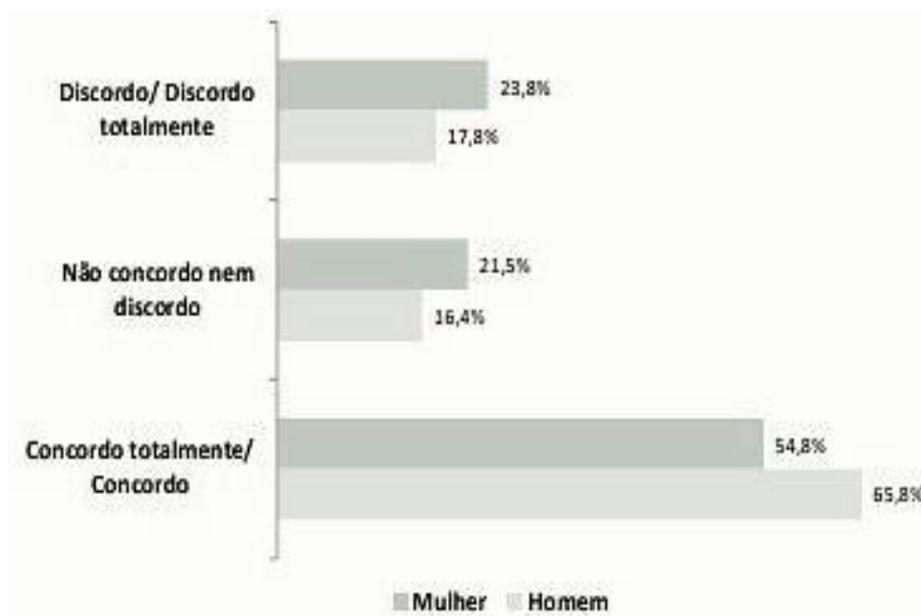
Todavia, não se pode ignorar que o cenário descrito no parágrafo anterior, também seja um reflexo de uma Educação Financeira precária, ou até mesmo a ausência da mesma. Ora, espera-se que pessoas bem orientadas e conhecedoras de assuntos básicos sobre investimentos triviais e sua aplicabilidade como a Matemática Financeira (porcentagens, juros simples e compostos, sistemas de amortização) possam tomar uma decisão mais eficiente, de modo a não causar impactos negativos no âmbito econômico e financeiro. O emprego é a chave mestra. A população bem instruída nesses assuntos poderá perceber a necessidade que

se faz de ter um Estado mais atraente para investidores, empreendedores, pois, são estes que trazem rotatividade de empregos. Logo, desde já nota-se uma necessidade de desenvolver uma educação em finanças para muitos brasileiros. A seguir, será abordado sobre a Educação Financeira.

O Cenário Educacional Financeiro no Brasil

Com base numa pesquisa realizada em 2015; a qual teve cooperação de órgãos como IBOPE, Serasa Experian, Banco Central do Brasil e Rede Internacional de Educação Financeira (Infe), com o apoio da Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE); feita com 2.002 pessoas com idades acima de 16 anos e de várias regiões do Brasil, buscou-se entender o uso de produtos financeiros oferecidos pelo mercado, visando dessa maneira mensurar o nível de Educação Financeira no país.

Gráfico 2 – Conhecimento básico sobre Educação Financeira: Finanças Pessoais.

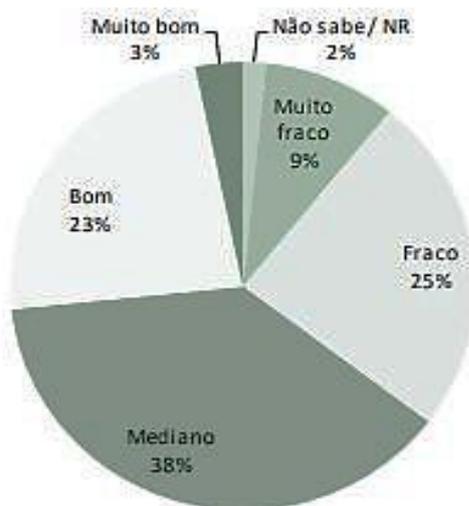


Fonte: Série Cidadania Financeira: estudos sobre educação, proteção e inclusão / Banco Central do Brasil (2017).

O Gráfico 2 mostra o desconhecimento da sociedade relativo a noções fundamentais sobre Matemática Financeira, como taxa de juros, inflação, mercado financeiro dentre outros fatores aplicados em suas finanças pessoais. Isso pode ser verificado quando se nota que 21,5% das mulheres e 16,4% dos homens não se posicionam sobre os aspectos financeiros. Contudo, muitos brasileiros se dizem capazes de administrar sozinhos suas finanças pessoais, principalmente, os homens com 65,8% enquanto as mulheres ficam atrás com 54,8%.

Doravante, será mostrada, em termos percentuais, qual a concepção dos brasileiros sobre o conhecimento financeiro e importância de se levar esse saber para um maior número de pessoas. Dessa maneira, verificou-se que muitos dos entrevistados afirmavam ter um mínimo de conhecimento financeiro (ver Gráfico 3), entretanto, isso não é confirmado nas respostas assinaladas de cada um no Gráfico 2.

Gráfico 3 – Conhecimento básico sobre Educação Financeira.



Fonte: Série Cidadania Financeira: estudos sobre educação, proteção e inclusão / Banco Central do Brasil (2017).

Estes dados foram divulgados em 2017, no mesmo ano, foi lançado o Raio X do Investidor, que é uma pesquisa de opinião realizada com 3300 pessoas no Brasil, realizada pela Ambima com ajuda do Datafolha. O objetivo foi entender as motivações e preferências dos consumidores, quanto aos produtos e serviços oferecidos. Todavia, a partir de dados mais recentes do ano de 2018, que utilizou 3.374 pessoas de todo o Brasil e de todas as classes sociais com pessoas acima de 16 anos.

No Gráfico 4, os dados indicam como o consumidor administra seu dinheiro. Nesse sentido, 54% dos brasileiros não guardam dinheiro de forma alguma, porém, 42% investem seu dinheiro em produtos financeiros. Enquanto, 3% dos entrevistados admitem não conhecer nenhum tipo de investimento. Isso influencia diretamente as contas da União, uma vez que será necessário utilizar mais políticas de assistencialismo que sobrecarregam ainda mais a economia do Estado.

Gráfico 4 – Distribuição percentual de investimento dos brasileiros.



Fonte: Raio X do Investidor (2018).

Além do mais, com base no Gráfico 5, é possível compreender que poucas pessoas se organizam para poupar, em compensação 40% gastam tudo. O que se pode entender que esse comportamento é reflexo da falta de conhecimento financeiro de grande parte da população, não porque eles não sabem, de fato, o que isso significa, mas porque não têm consciência do impacto econômico de abrangência nacional que pode ser gerado através da má administração de suas finanças pessoais. Contudo, ainda existem muitos brasileiros que precisam de acesso a conhecimento financeiro, uma vez que isso pode gerar crescimento e riqueza para o país, como também diminuir a desigualdade social.

Gráfico 5 – Distribuição percentual sobre a poupança dos brasileiros.



Fonte: Raio X do Investidor (2018).

À vista do que foi discutido, este artigo busca referências acerca da Educação Financeira no Brasil, levando em consideração não apenas livros, mas nas as últimas

pesquisas realizadas por órgãos públicos, como também trabalhos publicados, a fim de explicitar o impacto da Educação Financeira na tomada de decisões dos brasileiros, visando contribuir para melhoria deste fato atualmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise financeira mundial por pior que ela tenha sido, desencadeou uma preocupação não somente dos grandes Estados mundiais, mas alertou sobre a necessidade de aprimorar o conhecimento financeiro das pessoas, dando uma clara demonstração que uma sociedade bem-educada em seus bolsos, pode se tornar uma solução para o seu país. Então, muitos destes, principalmente, por iniciativa da OCDE, deram maior importância a esse assunto.

O Brasil, não diferentemente, também se atentou a isso, mas infelizmente têm-se dados bem piores do que a média de outros países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Contudo, o que fora apresentado neste trabalho mostra a relação que cada indivíduo deve ter em estudar os aspectos que influenciam diretamente na sua vida. Pode-se perceber que a Educação Financeira é um dos meios para que os brasileiros possam melhorar a sua qualidade de vida e desenvolver a competência de controlar e organizar suas finanças pessoais.

Posto isso, a Educação Financeira é imprescindível para o dia a dia, uma vez que através dessa, as tomadas de decisões se tornam mais precisas, conscientes e até rentável para as gerações futuras. Com isso, as pessoas poderão escolher qual o melhor momento para se comprar um carro, entenderão como um juros alto afeta seu poder de compra, além de poderem obter um investimento muito melhor que a poupança brasileira, e saberão o melhor momento de pedir empréstimo aos bancos.

Além do mais, quando se aprende a controlar e gerir sua carteira de maneira equilibrada, cria uma oportunidade de abrir as portas para investimentos futuros, tal como uma previdência privada, a qual pode retirar a dependência do cidadão para com o Estado, além de fazer com que a população possa entender que não existe almoço grátis. Quanto mais o Governo te oferece, mais ele precisa cobrar da sociedade.

No contexto escolar, semelhantemente às disciplinas que são priorizadas, como Matemática e Português, a Educação Financeira também devia receber uma atenção significativa, uma vez que, quando ensinada desde cedo, mais acomodado o aprendizado estará na estrutura cognitiva do educando, o qual poderá aprender o poder da tomada de uma decisão sensata, além de se preparar para as intempéries do futuro. Desse modo, entende-se que o cidadão poderá ter pressupostos teóricos inerentes a finanças para fundamentar sua

vida, pois quanto mais diversificado e abrangente for o seu currículo, mais oportunidade terá para se mobilizar diante dos aspectos econômicos e financeiros.

Logo, pode-se, então, apelar para que essa Educação seja desenvolvida desde as salas de aulas; para que as futuras gerações aprendam desde cedo os caminhos mais eficazes para se construir uma vida financeira mais estável; até a vivência extraescolar. Atualmente, algumas noções básicas sobre finanças são estudadas no ensino básico regular a nível Fundamental e Médio, na disciplina de Matemática, em uma subseção pertinente à Matemática Financeira, onde os alunos são postos em uma situação didática que abrange o estudo de porcentagens, juros simples e composto e sistemas de amortização.

Todavia, no Ensino Médio, esses tópicos financeiros; apesar de serem regulamentados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM, 1999) que orientam o ensino dessas temáticas voltadas para a sua contextualização e aplicabilidade na vida do aluno; não são vistos pormenorizadamente devido, principalmente, à preocupação de cumprir o plano anual de ensino. Assim sendo, a proposta seria de conceber e implantar um projeto por meio de oficinas que oportunizasse o estudante a construir seu conhecimento e a participar “ativamente” desse processo. E, isso é possível tem em vista que o Ensino Médio vem passando por uma reforma na sua Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2015).

Por fim, vale apresentar a relevância do trabalho de Silva (2018) que discute a BNCC da reforma do Ensino Médio, destacando o percurso político traçado para a elaboração da nova proposta e a reiteração de determinadas finalidades e competências sufocadas no âmbito curricular da educação básica nos últimos 20 anos.

REFERÊNCIAS

AEF – Associação de Educação Financeira. Estatuto Social: **Associação de Educação Financeira**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.aefbrasil.org.br/wp-content/uploads/Estatuto-registro-n%C2%BA-47910.pdf>>. Acesso 04 jun. 2019.

AMBIMA. **Raio X do Investidor**. Brasil, 2018. Disponível em: <<https://cointimes.com.br/wp-content/uploads/2018/08/Relatorio-Raio-X-Investidor-PT.pdf>> Acesso em: 04 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília. MEC/SEMTEC, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documento/BNCCAPRESENTACAO.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7397 de 22 de dezembro de 2010. **Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF**, BRASIL, DF, JUN 2019. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm> Acesso em: 04 jun. 2019.

BRASIL, Banco Central do. **Série Cidadania Financeira**: estudos sobre educação, proteção e inclusão. 5ª ed. Brasília: 2017. Disponível em:
<https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/Documents/publicacoes/serie_cidadania/serie_cidadania_financeira_pesquisa_infe_br_%200443_2017.pdf> Acesso em: 04 junho 2019.

CACEMIRO, Wellington. **Consumo x consumismo - uma análise crítica sobre o tema**. Conteúdo Jurídico, Brasília – DF: 07 maio 2016. Disponível em:
<<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.55857&seo=1>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

CARAVANTES, Geraldo; PANNON, Cláudia; KLOECKNER, Mônica. **Administração**: teorias e processo. São Paulo: Pearson, 2005. p. 572.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson. 2007.

ENEF – **Estratégia Nacional de Educação Financeira**, 2019. Disponível em:
<<http://www.vidaedinheiro.gov.br/quemsomos/>>. Acesso em: 04 junho 2019.

FERREIRA, J.C. A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida. Revista do Departamento de Administração da FEA. **Caderno de Administração**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, v.1, 2017.

MASCARENHAS, Sidney Augusto. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson, 2012. p. 128.

MASSARO, André. **Como cuidar de suas finanças pessoais**: CFA. - Brasília, DF. Conselho Federal de Administração, 2015.

MENEGHETTI NETO, Alfredo. **Educação Financeira**. 1 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2014.

OCDE. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**, 2005. Disponível em:<[https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf)>. Acesso 4 junho 2019.

PEIC - **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. Rio de Janeiro. Disponível em:<http://cnc.org.br/sites/default/files/2019-05/Gr%C3%A1ficos_Peic_abril_2019.pdf>. Acesso em: 04 junho 2019.

SILVA, Monica Ribeiro da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**. Belo Horizonte: v.34, p.1-15, 2018.